

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.290 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2001

Roberto Saturnino disse que quer observar o clima na imprensa, meditar e julgar as acusações com seriedade e imparcialidade



“Caça às bruxas” faz Saturnino adiar relatório

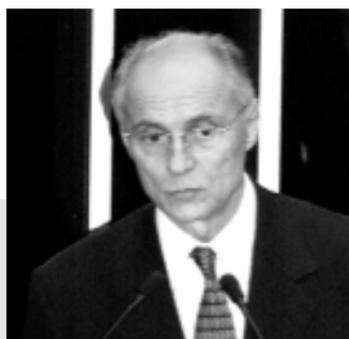
Senador quer prazo maior para elaborar com isenção e serenidade parecer sobre a violação do painel eletrônico do Senado

Não será mais entregue na próxima quinta-feira o relatório do senador Roberto Saturnino sobre a violação do painel. Criticando o clima de “caça às bruxas” – que, segundo ele, estaria estampado na primeira página do *Jornal do Brasil* de sexta-feira –, Saturnino afirmou em Plenário que precisa “refletir um pouco mais para elaborar um relatório sereno e isento”. O jornal noticiou que Saturnino teria decidido pedir a cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. O relator destacou que fez questão de não conceder nenhuma entrevista depois da acareação promovida quinta-feira no Conselho de Ética do Senado.

PÁGINA 3

CCJ examina projeto que reduz a campanha eleitoral

PÁGINA 5



Suplicy: “É preciso que o direito à vida dos doentes de Aids seja respeitado”

Restrição ao uso das armas de fogo é tema da CRE

PÁGINA 7



Eduardo: número de mortes caiu 50% em razão da distribuição dos medicamentos

Governo é elogiado por programa contra a Aids

Os senadores Eduardo Suplicy e Eduardo Siqueira Campos fizeram sexta-feira elogios a atitudes tomadas pelo governo brasileiro na área do combate à Aids. Eles destacaram a decisão de enfrentar os EUA na questão das patentes dos medicamentos e os efeitos positivos da distribuição dos remédios contra a doença.

PÁGINA 8

Requerimento de Jader sobre imunidade vai a Plenário

PÁGINA 4



O senador Leomar Quintanilha preside a Subcomissão Permanente do Idoso

Senado debate propostas para valorizar idosos

Uma linha telefônica 0800, um *site* na Internet e várias audiências públicas estão entre as iniciativas que devem ser adotadas pela Subcomissão Permanente do Idoso para colher sugestões que permitam rever incorporar à lei novas formas de proteger essa parcela da população.

PÁGINA 6

CE aprecia projeto que amplia vagas da avaliação seriada

Também deve ser votada proposta que torna a informática obrigatória nos currículos

A Comissão de Educação deve votar amanhã projeto do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) que obriga as escolas federais superiores, exceto universidades, a reservarem no mínimo 25% das vagas para alunos que participem de avaliação seriada no segundo grau. Essa avaliação deverá ser feita a cada final de ano pelas escolas superiores – no total, o aluno se submeterá a três avaliações.

Arruda explica que a Universidade de Brasília implantou o sistema há alguns anos e o processo de seleção tem apresentado bons resultados, permitindo que alunos mais pobres, que freqüentam o segundo grau em escolas públicas, tenham acesso aos cursos superiores federais. O projeto dá um prazo de cinco anos para que as universidades públicas adotem o novo sistema.

A avaliação seriada da Universidade de Brasília, conforme José Roberto Arruda, foi bem recebida por alunos e professores e os primeiros alunos selecionados já cursam o segundo ano – eles fizeram a primeira prova há cinco anos. Além disso, a seu ver, o programa permite minimizar a influência de fatores externos – inclusive emocionais – sobre o processo de avaliação da capacidade individual.

A Comissão de Educação também examinará amanhã projeto do deputado Vic Pires Franco (PFL-PA) que torna obrigatória nos currículos de primeiro e segundo graus a matéria “Informática”. A proposta conta com parecer favorável do relator, senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ), e, se aprovada no Senado, será encaminhada à sanção do presidente da República.

Eduardo pede pressa para criar Comissão de Defesa do Consumidor

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu que o Senado crie, com a maior urgência, a Comissão de Defesa da Concorrência e do Consumidor. O senador atribui a necessidade de criação da comissão ao crescimento dos monopólios, mesmo que disfarçados, ao mesmo tempo em que o país sofre enfraquecimento do poder político. Segundo ele, a situação é uma ameaça a cada dia maior para o consumidor e para a concorrência.

Entre os setores em que o monopólio domina cada vez mais estão o das telecomunicações, nas mãos de duas ou três empresas, e o dos bancos, em que pequenos concorrentes são eliminados, segundo Eduardo. Ele defendeu a criação de me-

canismos vigorosos de defesa da sociedade, para que os cidadãos “não fiquem à mercê dos interesses dos que dominam o mercado”.

A opção governamental pela criação de agências reguladoras não tem conseguido impedir abusos, na opinião do senador. Para exemplificar isso, ele citou recente portaria da Agência Nacional de Saúde liberando as seguradoras de cerca de 400 procedimentos médicos por “razões técnico-financeiras”.

– O sistema de agências reguladoras, louvável na teoria, está sendo um desastre na prática, por razões que eu não saberia definir: pode ser falta de instrumentos, falta de competência ou razões menos confessáveis – afirmou o senador.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Requerimento nº 227/01, do senador Jader Barbalho, solicitando consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que o Senado antecipe a concessão de licença prévia ao Supremo Tribunal Federal, na hipótese de formalização de denúncia contra o requerente, apresentada pelo procurador-geral da República; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera o alínea “d” do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares); PLS nº 98/00, acrescenta artigo à Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PDLs nºs 104 e 109, de 2000, aprovando outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão; e Requerimento nº 194/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 88/00 e 6/01, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira

11h – Sessão Solene Conjunta do Congresso destinada a homenagear a memória do governador Mário Covas. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 44/00 (tramitando em conjunto com a PEC nº 45/00), altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera o alínea “d” do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares); substitutivo ao PLS nº 213/99 – Complementar, altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, casos em que ocorre inelegibilidade; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão; e Requerimento nº 198/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre os PLSs 149 e 320, de 1999, que tramitam apensados, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais.

19h – Sessão Conjunta do Congresso destinada à apreciação de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo. Plenário da Câmara dos Deputados

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação nominal, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nº 201/01, do senador Romeu Tuma, solicitando o desampenamento dos PLSs nºs 131, de 1999, e 18, de 2000, dos PLSs nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73 e 203, de 2000, que tramitam em conjunto; nº 205/01, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92, de 1996, e 303, de 1999, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; nº 206/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs 303, de 1999, e 156, de 2000, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, PLS nº 97/00, acrescenta parágrafo único ao artigo 4º e dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 8.171/91, estabelecendo que os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos de safra e os planos plurianuais; PLS nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLS nº 44/00, autoriza a União e o estado da Paraíba a celebrarem contrato de refinanciamento de dívida correspondente a R\$ 108,9 milhões, relativo ao reconhecimento de dívidas do estado da Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB); Diversos nº 13/98, solicita a liberação do montante de 140,3 mil Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFT-SP), custodiadas no Cetip, bloqueadas temporariamente através de solicitação da CPI dos Títulos Públicos; PRS nº 54/00, estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica; PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLS nº 606/99, transfere para o governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); PLS nº 103/99, que

dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; e PLS nº 466/99, altera a Lei nº 6.305/75, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

Pauta extra: Mensagem nº 281/00, propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até EUR 218,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

10h – Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: definição do cronograma para o biênio 2001/2002. Ala Senador Alexandre Costa – sala 9

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: entre outros, PLS nº 61/00, institui Programa de Avaliação Seriada Anual para acesso às instituições de ensino superior públicas; PLS nº 54/01, denomina “Aeroporto Internacional de Viracopos – Governador Mário Covas” o Aeroporto Internacional de Viracopos – Campinas (SP); PLS nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 20/96, que dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus; PLS nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

17h – Conselho de Ética

Pauta: votação de requerimentos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: entre outros, apreciação de diversos PDLs de Acordos; PLS nº 292/99, dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; PLS nº 386/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; PL nº 614/99, proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

Após Ordem do Dia – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida, com a participação dos presidentes do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glaci Theresinha Zancan; da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasco), Edmundo Chada Bacarat; da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA), Edson Borges Júnior; da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, Joaquim Roberto Costa Lopes; da professora titular de Bioética da Universidade Estadual de Feira de Santana, Eliane Azevedo; e do coordenador da Pastoral Nacional da Saúde da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre José Edson da Silva. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, substitutivo ao PLS nº 284/99 (arts. 92 e 282 – RISF), que dispõe sobre a instalação de telefones públicos para pessoas portadoras de deficiência auditiva e da fala e usuários de cadeiras de rodas; Aviso nº 192/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 801/00, bem como dos respectivos relatórios de auditoria de desempenho e voto que a fundamentam, realizada junto ao Ibrama, objetivando avaliar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e efetividade; PLS nº 209/00, dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, para dispor sobre o benefício de prestação continuada da pessoa portadora de deficiência ou idosa; PLS nº 84/00, altera a Lei nº 9.745/98, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima. Ala Senador Alexandre Costa – sala 9

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal; e PLS nº 5/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento de Elmer Guilherme Ferreira, da Federação Mineira de Futebol. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

10h30 – CPI das ONGs

Pauta: apresentação do plano de trabalho. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

Quinta-feira

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos ex-presidentes do Santos Futebol Clube, José Paulo Fernandes e Samir Jorge Abdul Hak. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Suando Frio*, de Hugh Johnson

Local: Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,
Maria do Carmo Alves e
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Saturnino pede mais prazo para concluir relatório sobre o painel

Senador repele informação do "Jornal do Brasil" de que teria decidido pela cassação de Arruda e ACM. Ele disse que não deu qualquer declaração à imprensa após a acareação no Conselho de Ética

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) anunciou que não mais entregará seu relatório sobre a violação do painel eletrônico de votação do Senado na próxima quinta-feira, tendo decidido pedir mais prazo ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "Sinto que preciso refletir algum tempo mais para elaborar um relatório sereno e isento", destacou, em Plenário, na sexta-feira.

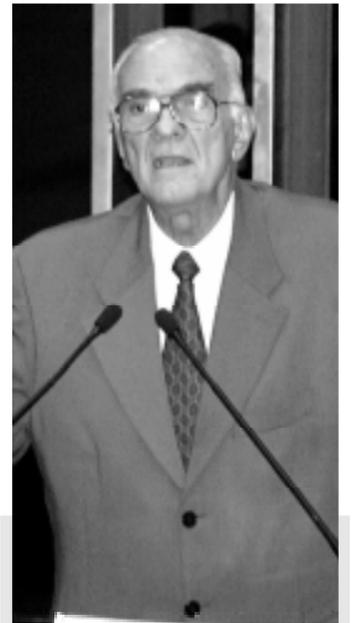
Saturnino criticou o clima de

"caça às bruxas" que estaria estampado, conforme exemplificou, na primeira página do *Jornal do Brasil*, onde se afirma que ele, o relator, teria decidido pedir a cassação dos senadores José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Fiz questão de não dar quaisquer declarações à imprensa depois de terminada a acareação no Conselho de Ética, ontem (dia 3). Mesmo assim, o jornal publicou uma versão sobre minhas conclusões", disse.

O relator admitiu ter comentado com assessores seus que, na acareação, a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) Regina Célia Peres Borges manteve uma versão coerente dos fatos, enquanto os senadores apresentaram versões pontilhadas de contradições e incoerências. "Eu lhes disse, realmente, que a minha tendência era pedir a cassação dos dois senadores. Mas foi chocante ver, na manchete do JB, a antecipação de

meu relatório", declarou.

Saturnino explicou que, com o pedido para adiar o prazo de conclusão do relatório, pretende dispor de mais tempo para observar o clima na imprensa, meditar e julgar as acusações com a máxima seriedade e rigor, mas com imparcialidade. Para o senador, não é possível se fazer um julgamento sereno e justo quando os órgãos de imprensa ficam competindo entre si para dar, em primeira mão, os fatos que mais irão indignar a opinião pública.



Saturnino: "Sinto que preciso refletir algum tempo mais para elaborar um relatório sereno e isento"



Conforme Ramez Tebet, prazo de cinco dias será contado a partir desta terça-feira

Tebet diz que já previa necessidade de adiamento

Após a comunicação, feita em Plenário, pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), de que não entregará mais o relatório sobre a violação do painel eletrônico na próxima quinta-feira, para apreciação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, como havia prometido, o presidente do colegiado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que já havia previsto que Saturnino iria precisar de mais tempo para apresentar seu voto.

— Nós não encerramos ainda a fase das averiguações, o que deve ocorrer nesta terça-feira, quando o conselho realiza uma reunião administrativa para votar seis requerimentos pendentes. Daí, então, começa a contar o prazo de cinco dias de que o relator dispõe para apresentar suas conclusões. Como ele poderia fazer isso em 48 horas? — questionou Tebet.

Quanto ao procedimento de votação, Tebet explicou que a decisão dependerá dos mem-

bro do conselho. Adiantou, no entanto, que como o processo nesta etapa ainda é de averiguações sobre a ocorrência ou não de delito por parte de senadores envolvidos, e não um processo de cassação propriamente dito, a votação poderá ocorrer abertamente e não por voto secreto.

O senador disse também que não procedem as especulações de que alguns integrantes do conselho poderiam ser impugnados por estarem manifestando seus votos antes do final do processo. "Estamos em uma Casa política e em uma Casa política todo mundo tem opinião", declarou.

Tebet aproveitou para lembrar que qualquer processo de cassação só passa a existir depois de ser oferecida uma representação contra os senadores acusados, o que constitucionalmente só pode ser feito por provocação da Mesa do Senado ou de partido político com representação no Congresso.

Simon elogia postura do relator

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a atuação de Roberto Saturnino (PSB-RJ) como relator, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da investigação sobre ocorrência de fraude no painel de votação eletrônico. Para ele, Saturnino é um dos poucos homens públicos do país "acima do bem e do mal".

O discurso foi um desagravo a Saturnino, que subira antes à tribuna contrariado com a manchete estampada pelo *Jornal do Brasil* de sexta-feira. O jornal divulgou que Saturnino já decidira seu parecer pela cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), envolvidos no episódio que resultou na violação do painel eletrônico para extração da lista de votos da sessão secreta que cassou o senador Luiz Estevão. O senador fluminense enfatizou que nada disse à imprensa.

Para Simon, é "difícil encontrar no Senado uma dupla que corresponda à dignidade e ao res-

peito como o relator e o presidente do Conselho de Ética" — senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Disse que ambos tiveram uma atuação excepcional na "seriedade, correção e busca da verdade" com que os trabalhos foram conduzidos. Lembrou que a escolha do relator para o caso foi difícil, tendo demorado semanas.

O senador gaúcho afirmou que o conselho "conseguiu um milagre", por ter reconstruído todos os fatos sobre



Simon também destacou a atuação de Tebet à frente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

a fraude no painel. Elogiou a isenção dos técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) que detectaram a fraude, e também os funcionários do Senado na condução do inquérito administrativo sobre o episódio.

— Acho que chegamos aos finais com rara felicidade, porque eu achava muito difícil chegar onde nós chegamos, já que não tínhamos as provas — afirmou.

Simon ressaltou que outros jornais de sexta-feira diziam que o relator fora "muito mole" na condução do interrogatório aos dois senadores acusados de perpetrar a fraude.

— Não digo que foi frouxo, mas concordo que não foi áspero — frisou ele, lembrando que Saturnino, que lutara pela democracia nos tempos da ditadura, tinha como interrogado o senador Antonio Carlos, "com todo o seu passado".

Para Simon, o jornal fez "o jogo do senhor Antonio Carlos", que estaria interessado em postergar a votação do relatório. Segundo o parlamentar, ao pedir mais prazo, Saturnino estaria caindo nesse jogo, mesmo contra a vontade.

"Manchete de jornal foi um abuso"

Em aparte a Pedro Simon, o senador Roberto Saturnino afirmou ter sido "absolutamente enfático" ao declarar a todos os jornais que nada iria dizer antes da apresentação de seu relatório, o que faria na próxima quinta-feira. Para ele, a manchete do *Jornal do Brasil* foi "realmente um abuso, resultado de disputa entre órgãos de imprensa para vender e lucrar mais".

O relator disse que a manchete o machucou, justificando seu pedido de adiamento da entrega do relatório por ter se sentido "sub-

metido a um clima que não é realmente o de serenidade que devemos ter".

Também apartando, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ressaltou que o jornal *Correio Braziliense* trazia a mesma manchete do *JB*.

Simon descartou a possibilidade de que os principais partidos que dão sustentação ao governo — PFL, PMDB e PSDB — façam ou tenham feito um acordo para que os senadores não sejam cassados, em troca da não instalação da Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção na esfera federal. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou a Simon se Antonio Carlos e Arruda, então presidente do Senado e líder do governo, respectivamente, não teriam contado ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a fraude.

— Acho difícil ele (Arruda) não ter contado ao presidente — respondeu Simon, acrescentando que o Senado conseguirá sair desse episódio com dignidade.

Senado deve votar requerimento de Jader abrindo mão da imunidade

Senador solicita à Casa que antecipe concessão de licença prévia ao Supremo Tribunal Federal na hipótese de denúncia ser apresentada pelo procurador-geral da República



Requerimento de Jader pode ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça

O Plenário do Senado vota amanhã o requerimento apresentado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) que solicita à Casa que antecipe a concessão de licença prévia ao Supremo Tribunal Federal (STF), na hipótese de ser apresentada alguma denúncia formal contra ele pelo procurador-geral da República. Caso seja aprovado em Plenário, a Mesa do Senado encaminhará o requerimento à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para emis-

são de parecer sobre a constitucionalidade do pedido. Com o requerimento, o presidente do Senado abre mão do direito à imunidade parlamentar.

Nesta quarta-feira, o destaque da Ordem do Dia é a votação em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga à renúncia dos respectivos mandatos os candidatos a presidente da República, governador e prefeito. A PEC é de autoria do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e conta com parecer favorável do

senador Iris Rezende (PMDB-GO). Outra PEC que também será votada em primeiro turno concede isenção de imposto para cadernos escolares e para o papel utilizado na sua fabricação.

Na quinta-feira, o Senado vota, em segundo turno, PEC de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que dispõe sobre benefícios fiscais referentes ao ICMS e discute, em turno único, projeto de lei do ex-senador João França que regulamenta a retirada de fabricação de modelos de automóveis.

Suplicy considera que ACM e Arruda colaboraram com violação

Ao comentar, em Plenário, na sexta-feira, a acareação conduzida na quinta-feira pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, apesar das divergências nas versões apresentadas pelos três depoentes, não tem dúvidas de que houve violação do painel eletrônico do Senado com “a colaboração e o conhecimento” dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF).

Na opinião de Suplicy, o depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges sobre a violação do sigilo dos votos dos senadores na sessão de cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi “mais consistente e sincero” que os de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Para o senador

pelo PT, que louvou a iniciativa de Regina de revelar em detalhes sua participação no caso, a servidora do Prodasen demonstrou “firmeza” ao relatar os fatos.

O senador considerou “falta grave” o fato de o ex-presidente do Senado ter sabido da impressão da lista de votos e não ter aberto sindicância para apurar as responsabilidades pela ocorrência.

— Ao dizer que rasgou a lista e decidiu guardar segredo sobre o episódio, para preservar o Senado e a cassação de Luiz Estevão, o senador Antonio Carlos cometeu erro de omissão — afirmou.

Suplicy também se mostrou confiante de que o relatório a ser elaborado por Roberto Saturnino (PSB-RJ) irá orientar os senadores a tomarem uma decisão importante “para a vida, a história e o fortalecimento do Senado”.

Hartung rebate acusações do governador José Ignácio

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) rebateu na sexta-feira as acusações levantadas contra ele pelo governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, na revista *IstoÉ* desta semana. O senador afirmou que não existe qualquer investigação na Câmara de Vereadores de Vitória sobre sua administração na prefeitura, que não faz parte de um complô que promove denúncias contra o governador e que, ao contrário do que diz José Ignácio, ao fazer oposição ao governo, está defendendo e não atacando os interesses do estado.

Hartung registrou que o presidente da Câmara de Vereadores de Vitória, Ademar Rocha, em carta encaminhada à *IstoÉ*, atesta que sua administração na capital capixaba não é alvo de investigação e que a CPI que, segundo José Ignácio, estaria apurando irregularidades na prefeitura foi encerrada há mais de quatro anos. Na carta, Ademar Rocha afirma ainda que todas as contas de Hartung foram aprovadas tanto pela Câmara Municipal quanto pelo tribunal de contas do estado.

— O governador cria e divulga a fantasia de que existe um complô contra ele, sua família e seu governo. Trata-se de uma estratégia de dissimulação, pois ele acredita



Paulo Hartung diz que, ao fazer oposição, defende o estado

que, ao politizar o assunto, está desobrigado de dar explicações. Não é a primeira vez que ele faz isso. É preocupante a obsessão do governador pela minha pessoa — declarou Hartung.

O senador afirmou ainda que José Ignácio “parece tomado por um surto de Luís XIV”, pois acusa seus opositores

de inimigos do estado, o que, na sua opinião, demonstra o caráter autoritário do governador.

— Ele se julga dono do poder, ameaçando a liberdade de imprensa e favorecendo a criação de um ambiente onde proliferam boatos e invasão de privacidade. Ser oposição ao governo não representa crime nem ameaça à imagem do estado — disse o senador.

Hartung lembrou as denúncias que existem contra o governo, acusado de recebimento de propinas, de tomar empréstimo do banco estadual para campanha eleitoral, de irregularidades no uso de recursos doados à Associação Capixaba de Desenvolvimento Social e de superfaturamento em obras de saneamento. Todas as denúncias, informou o senador, estão sendo apuradas pelo Ministério Público, pelo Banco Central e pela Assembleia Legislativa, que instalou uma CPI.



João Alberto: estradas viabilizam crescimento harmônico do país

João Alberto pede recursos para rodovias

Mais verbas foram reivindicadas pelo senador João Alberto (PMDB-MA) para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) a fim de que realize trabalhos de recuperação de estradas no Maranhão. Segundo ele, todas as estradas federais que atravessam o estado — as BRs 010, 135, 222, 226 e 316 — estão quase intratáveis, mas a que se encontra em piores condições é a que liga Açailândia a Miranda do Norte (MA).

Conforme estatísticas da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) citadas pelo senador, são necessários R\$ 10 bilhões em recursos emergenciais para recuperar as estradas federais de maior importância, no país inteiro. O sistema rodoviário nacional, estimado em R\$ 200 bilhões, apresenta 80,3% de sua malha em estado de conservação variando entre deficiente e péssimo, afirmou.

Entre os principais problemas, João Alberto citou buracos, desvios frequentes, falta de acostamento e sinalização, e interrupções de trânsito em consequência de rompimento de bueiros por causa das chuvas. “Essa é a realidade: a falta de previsão dos trabalhos corretivos e de obras complementares vem piorando sistematicamente o problema”, disse.

Segundo o senador, o governo federal ainda está preso à problemática urbana, esquecendo-se do brasileiro do interior, especialmente o que habita os desvãos mais longínquos.

João Alberto reconheceu que o processo de urbanização é irreversível, mas avaliou que ainda é tempo de resgatar o Brasil esquecido, integrando a cidade com o campo por meio de estradas bem conservadas. “Abrir e conservar estradas é viabilizar o crescimento harmônico do país inteiro”, concluiu.

CPI ouve na semana mais três depoentes



A comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar irregularidades no futebol brasileiro programou para esta semana mais duas reuniões para tomar os depoimentos de dirigentes do setor. Nesta quarta-feira, a CPI ouvirá, às 10 horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, o presidente da Federação Mineira de Futebol, Elmer Guilherme Ferreira.

Na quinta-feira, no mesmo local, a CPI ouvirá mais dois depoimentos: do ex-presidente do Santos Futebol Clube Samir Jorge Abdul Hak e do ex-vice-presidente do mesmo clube José Paulo Fernandes. A comissão é presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR).



Álvaro preside CPI sobre irregularidades no futebol

CCJ analisa a redução do processo eleitoral

Também faz parte da pauta de 14 itens a ser examinada na quarta-feira pela comissão o projeto que define a Unidade Fiscal Penal (UFP) como referência para o cálculo e a aplicação da fiança penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se nesta quarta-feira, às 10h, para apreciar o projeto de lei apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que reduz os atuais prazos do processo eleitoral. A proposta antecipa, por exemplo, a realização do segundo turno das eleições do último para o terceiro domingo de outubro, e posterga o início da campanha eleitoral para o dia 16

de agosto, em vez de 5 de julho. O autor do projeto alega que o processo eleitoral do país é um dos mais longos entre as democracias modernas, e, por essa razão, entende que "deva ser reduzida a duração das etapas do pleito".

Com 14 itens na pauta, a CCJ analisará também o projeto que define a Unidade Fiscal Penal (UFP) como referência para o cálculo e aplicação da fiança penal, deixando ao Executivo a incumbência de estabelecer seu valor. Outras propostas são a que concede ao juiz poderes para ajustar o valor da causa ao da pretensão sempre que, cabendo fazê-lo, a parte antagonista não impugnar



Segundo Bornhausen, processo eleitoral no Brasil é um dos mais longos das democracias modernas

esse valor, e a que visa coibir a exibição pública de imagem de criança ou adolescente em situação vexatória, constrangedora ou de violação de sua intimidade e identidade nos meios de comunicação de massa e na Internet.

Proposta de emenda à Constituição permitindo que estrangeiros domiciliados no Brasil se alistem como eleitores nas eleições municipais e possam se candidatar a vereador também está incluída na pauta, bem como projeto que prevê o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio.



Sessão solene para lembrar o ex-senador e ex-governador paulista será na quarta-feira

Sessão do Congresso homenageia Covas

O presidente do Senado, Jader Barbalho, convocou sessão solene do Congresso Nacional para as 11h da próxima quarta-feira, destinada a homenagear a memória do ex-governador paulista Mário Covas, falecido em 6 de março último. Outra sessão conjunta da Câmara e do Senado será realizada às 19h do mesmo dia, para apreciação de projetos de lei do Congresso e de um projeto de decreto legislativo.

CAS promove audiência sobre reprodução assistida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza amanhã, após a ordem do dia, audiência pública para aprofundar a discussão acerca da tecnologia de reprodução assistida, objeto de projeto de lei do Senado apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O pedido para realização da audiência foi feito pelo relator da matéria na CAS, senador Tião Viana (PT-AC).

A reunião contará com a presença dos seguintes especialistas: Edson de Oliveira Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina; Glaci Zancan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Eliane Azevedo, professora titular de bioética da Universidade Estadual de Feira de

Santana; padre José Edson da Silva, coordenador da Pastoral Nacional da Saúde; Edmund Chada Bacarat, presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia; Edson Borges Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida; e Joaquim Roberto Costa Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana.

Segundo Alcântara, a preocupação que orientou a elaboração da proposta foi a de assegurar proteção às crianças nascidas a partir das diferentes técnicas de reprodução assistida, fortalecendo, ainda, o princípio da paternidade responsável. "Espera-se, assim, que o projeto tenha o efeito de desencorajar



Lúcio Alcântara: proposta para "desencorajar a doação inconsequente"

a doação inconsequente e o emprego irresponsável de gametas humanos e, portanto, a proliferação de casos que atentem contra o direito de filiação da criança e seu senso de identidade", explica o senador na justificativa do projeto.

Recursos do FGTS podem pagar cirurgias

Proposta do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que permite o saque da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de cirurgias será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta quarta-feira, a partir das 9h. O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), apresentou parecer favorável à aprovação, com emendas sugeridas por ele.

O benefício de prestação continuada concedido a idosos e deficientes, no valor de um salário mínimo, poderá ser estendido a pessoas cuja renda *per capita* familiar seja de até meio salário mínimo, correspondente a R\$ 90, conforme projeto de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que também será apreciado pela comissão. Hoje, o limite é de R\$ 45. A senadora Maria do Carmo (PFL-SE), relatora da matéria na CAS,

emitiu parecer favorável à aprovação.

Na mesma reunião, os senadores vão analisar o relatório de auditoria de desempenho, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em que é avaliado o sistema nacional de prevenção e combate aos incêndios florestais no período de agosto a outubro de 1999.

Subcomissão do Idoso quer criar 0800 para colher sugestões

“Site” na Internet e várias audiências públicas também estão nos planos do colegiado, que pretende rever a legislação de proteção ao idoso

Uma linha telefônica do tipo 0800 dedicada a receber sugestões e denúncias sobre a situação do idoso no país poderá ser instalada no gabinete do presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Essa é uma das muitas propostas de trabalho que o colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), irá avaliar em reunião marcada para as 10h de amanhã.

Além dessa linha telefônica especial, a subcomissão pretende criar um site na Internet com informações sobre as leis existentes em favor dos idosos, as decisões adotadas nas reuniões da própria subcomissão, opiniões dos senadores sobre o tema e ainda um e-mail para receber mensagens dos interessados.

Os senadores da subcomissão também planejam realizar viagens aos estados para conversar com os governadores, secretários da área, presidentes de conselhos estaduais de idosos e especialistas.

Secretaria de Documentação promove debate

O Ciclo de Conferências 2001, evento promovido pela Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal, reuniu cerca de 200 pessoas no auditório do Interlegis, na última quarta-feira. A conferencista Mirela Roznovski abordou o tema “A pesquisa jurídica na fronteira da inovação: base de dados de Direito Estrangeiro, Comparado e Internacional”.

O debate contou com o apoio de outras duas instituições, a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal e o Centro de Pesquisa e Documentação da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Participaram do evento Maria Eleonora Freire Motta, presidente da Associação dos Bibliotecários do DF; Janet Wright, diretora do Centro de Pesquisa e Documentação da Embaixada dos EUA; e Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, diretor da Secretaria de Informação e Documentação do Senado.

Ações previstas para 2001

- Instalar linha 0800 para o recebimento de sugestões e denúncias de todo o país
- Criar uma página na Internet com dados sobre a legislação relacionada com o idoso e troca de informações
- Visita aos estados para a realização de debates sobre medidas que possam melhorar a situação do idoso
- Enviar aos conselhos estaduais e municipais de idosos relatórios das reuniões da subcomissão para que possam emitir opinião

Depoimentos a serem agendados

Dra. Wanda Engel - secretária nacional de Assistência Social
Hebe Camargo - apresentadora de TV
Juca Chaves - cantor e humorista
Inezita Barroso - cantora e apresentadora de TV

Estão programadas ainda audiências públicas com as artistas e apresentadoras de TV Hebe Camargo e Inezita Cardoso, ambas com mais de 70 anos de idade, e também com o cantor Juca Chaves, que compôs música tratando da questão do envelhecimento. A secretária nacional de Assistência Social, Wanda Engel, responsável pela implementação da política nacional do idoso, também será

convidada a discutir o assunto com os senadores.

Enquanto colhem as sugestões e propostas, os senadores irão avaliar todas as leis em vigor no Brasil sobre o tema para subsidiar a elaboração de novas proposições legislativas voltadas para a valorização do idoso por meio de políticas de seguridade e assistência social, de previdência e de proteção à saúde e à integridade.

Gilvam Borges homenageia Sarney por seu 71º aniversário

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) prestou homenagem em Plenário ao escritor, ex-presidente da República e senador José Sarney (PMDB-AP), por ocasião do seu aniversário de 71 anos, comemorado no último dia 24. Gilvam lembrou a importância de Sarney para a história do país e do Congresso Nacional.

Segundo o senador, Sarney destacou-se como estadista quando impulsionou a criação do Mercosul, demonstrando grande visão histórica. Como presidente da República, acrescentou, Sarney se colocou ombro a ombro com personalidades como o então presidente da França, François Mitterrand, e o primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, criadores da União Européia.

Como escritor, prosseguiu, Sarney é lido e traduzido em diversas

línguas, “desfrutando de prestígio nas Américas e na Europa”. Para Gilvam, a “consagração como autor” veio com a conquista de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Ao comentar a atuação de José Sarney na presidência do Senado, Gilvam Borges disse que ele soube preservar a independência do Congresso Nacional e do Poder Legislativo que presidia, concretizando o preceito constitucional de harmonia entre os Poderes.

— Alguns homens públicos deixam seu nome gravado no livro da história de um país pelo simples fato de constarem nos anais da nação. Outros, contudo, deixam sua marca por serem agentes dessa história, redatores que foram ou são das páginas do livro do seu tempo — afirmou.



Para Gilvam, Sarney tem sido “redator do livro do seu tempo”

Transportes e recursos hídricos são temas de discussão na TV

No programa *Entrevista* de hoje, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) faz um balanço da situação atual das estradas brasileiras, particularmente nas regiões Norte e Nordeste, e conclui que o programa de privatização não está resolvendo o problema das rodovias que recebem menor fluxo de transporte. O *Entrevista* vai ao ar às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30. Às 9h30, o tema é a organização do Estado para melhor gerenciamento dos recursos hídricos. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e o professor Arnaldo Setti participam do debate.

O emprego no Brasil é o assunto do programa *Agenda Econômica*. O ministro do Trabalho e Empre-

go, Francisco Dornelles, conversa com os jornalistas Helival Rios e Beto Almeida sobre o aumento das oportunidades de emprego, além de questões relativas a desemprego, salários e qualificação profissional. O *Agenda Econômica* vai ao ar às 6h30 e 13h30.

O programa *Fala Cidadão* traz a acareação, no Conselho de Ética, entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges. As mudanças no Código Civil e a aprovação do financiamento público de campanhas eleitorais também estão no *Fala Cidadão*, que será exibido às 5h e 13h de hoje.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — Min. Francisco Dornelles
7h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Alcântara fala sobre a política nacional de transportes
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — *Saúde/Unip* — *Dependência química* — Parte 3
9h — *Especial* — Amazônia
9h30 — *Entrevista* — Sen. Bernardo Cabral e o professor Arnaldo Setti falam sobre a Agência Nacional de Águas
10h — CPI do Futebol (gravado)
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos

12h — *Cores do Brasil* — Brasília
12h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Alcântara fala sobre a política nacional de transportes
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — *Agenda Econômica* — Min. Francisco Dornelles
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — CPI do Roubo de Cargas — Audiência pública em Santa Catarina (gravado)
20h — *Idéias* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
20h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Alcântara fala sobre a política nacional de transportes
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DireTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

CPI das ONGs debate nesta quarta roteiro de trabalho

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) formada para investigar a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) estará reunida nesta quarta-feira, a partir das 10h30, para debater o plano de trabalho preparado pela relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Com prazo inicial de 180 dias, a comissão, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), foi criada com dois fatos específicos a esclarecer. De um lado, a atuação da Associação Amazônia, ONG denunciada pela aquisição de área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima, que os parlamentares consideram irregular. De outro, a interferência das ONGs nas questões indígenas, ambientais e de segurança nacional, em especial daquelas que atuam na região amazônica.



Marluce é relatora da CPI, integrada por 11 senadores, que vai investigar atuação de ONGs

A CPI das ONGs está composta de 11 senadores titulares e sete suplentes. Todos os titulares representam estados da Amazônia Legal. Entre os suplentes, apenas dois são de unidade da Federação não incluída nessa área.

Nabor discorda da forma como foram extintas Sudam e Sudene

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou, em discurso na sexta-feira, que os povos da Região Nordeste e da região amazônica “não podem sofrer qualquer prejuízo com o fim da Sudam e da Sudene”. As Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) foram extintas na semana passada por medida provisória.

Para Nabor Júnior, “a grande opção do Brasil, quanto à Amazônia, é ter ou perder”. Ele disse que “a cobiça das nações superpovoadas se volta para nossas regiões desabitadas”, lembrando que a Amazônia e o Nordeste representam dois terços do território brasileiro.

Nabor Júnior afirmou preferir



Nabor defende aproveitamento dos servidores das antigas superintendências

que a substituição da Sudam e da Sudene por agências de fomento tivesse sido tratada em projeto de lei ordinária, como já defendera em discurso proferido em 20 de abril último.

— Mesmo discordando da forma com que a mudança foi implantada, acredito que o Congresso Nacional saberá desenvolver o debate — observou.

O senador assinalou que as mudanças previstas na troca das duas superintendências por agências de desenvolvimento vão muito além da mera troca de nomes.

Nabor observou que o Banco da Amazônia será o principal gestor dos investimentos da agência, com papel importante também para o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele destacou a atribuição fundamental do BNDES, que ficou com a incumbência de fazer a primeira análise de viabilidade dos projetos submetidos à autarquia.

O parlamentar disse ainda que os mais de 1,4 mil profissionais das extintas superintendências colocados em disponibilidade não podem ser prejudicados. “É imperioso que os justos não paguem pelos pecadores, reconhecendo-se os méritos dos bons servidores”, afirmou.

CAE examina amanhã novas regras para política agrícola

Projeto que altera Lei Agrícola já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, no Senado, tem como relator Jonas Pinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deverá votar amanhã projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que define novas bases para a instalação de um sistema de planejamento na política agrícola do governo. Além dessa matéria, a pauta da reunião da CAE prevê também a votação de outros projetos importantes, como o que cria incentivo fiscal para reduzir a rotatividade de mão-de-obra nas empresas; o que cria novas normas de segurança a serem obedecidas pelas companhias distribuidoras do gás de cozinha; o que permite o refinanciamento de uma dívida de R\$ 108,9 milhões para o estado da Paraíba; e o que determina o cancelamento de 13.842 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo.

O projeto que estabelece algumas bases importantes de planejamento agrícola tem como relator o senador Jonas



Jonas: falta de dispositivos mais claros e harmônicos para o setor rural

Pinheiro (PFL-MT), para quem é necessária a adoção de critérios que harmonizem as ações do governo no setor, nos mais diversos órgãos federais.

Em seu relatório, Jonas destaca observações feitas na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados sobre esse projeto que promove alterações na chamada Lei Agrícola.

Ele ressalta que “concepções

equivocadas sobre o papel do Estado, praticamente anulando-o, e a ausência de dispositivos legais mais claros e harmônicos têm levado a atividade agrícola a ficar ao sabor dos humores das autoridades econômicas de plantão e sem um marco maior do que as safras de inverno ou de verão, do Centro-Sul ou do Norte-Nordeste”.

CRE volta a discutir projeto sobre restrição ao uso de armas de fogo

O projeto de lei que regulamenta e restringe o fabrico, o trânsito e o porte de armas de fogo volta amanhã à pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que se reúne a partir das 17h30. O relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), defende a posse de armas por cidadãos comuns em suas residências, enquanto o porte ficaria restrito a profissionais que utilizam armamentos em sua função, desportistas, colecionadores e moradores da área rural.

O combate ao tráfico e ao consumo de drogas é objeto de requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) solicitando realização de audiência pública com diversas autoridades para que a CRE conheça melhor o que tem sido feito pelo governo nessa área, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil. Dentre os convidados sugeridos pelo senador estão o ministro de Segurança Institucional,

general Alberto Cardoso, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jaime Henriques Chemelo, além de integran-

tes do Poder Judiciário.

A CRE ainda apreciará seis acordos internacionais nas áreas cultural, comercial, jurídica, tributária e alfandegária entre Brasil e Indonésia, Bolívia, Peru, Portugal e Hungria.

As propostas de Piva sobre os projetos que restringem o uso de armas

O substitutivo de Pedro Piva (relator na CRE):



- Proíbe o porte de arma de fogo, que fica restrito a profissionais que utilizam armamentos em sua função, como soldados, policiais e agentes do Ibama

- Os portes de arma já concedidos serão cassados
- Os registros de armas já concedidos continuarão válidos e donos de armas irregulares terão 120 dias para legalizar sua situação
- Novos registros dependerão da “comprovação de bons antecedentes, comportamento social produtivo, capacidade técnica de manuseio de arma e aptidão psicológica”
- Atiradores, caçadores, colecionadores e moradores da zona rural terão a posse e o porte regulamentados pelo Executivo

Suplicy apóia posição do país sobre patentes de remédios

“É preciso que o direito à vida dos doentes de Aids seja mais respeitado que a exigência de pagamento de direitos aos laboratórios”, afirma o senador, que pede respaldo do Congresso à atitude do governo brasileiro

Eduardo elogia o programa brasileiro de combate à Aids

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou na sexta-feira, em Plenário, o programa do Ministério da Saúde de distribuição de remédios contra a Aids, que, segundo dados que apresentou, reduziu em 50% o número de mortes pela doença no país. Ele destacou que, para manter o programa, o país teve que enfrentar o poderio econômico dos Estados Unidos, que queriam evitar que as patentes dos remédios fossem quebradas.

Eduardo lembrou que a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a iniciativa brasileira por 52 votos contra uma abstenção, dos EUA. Para o senador, esse tipo de postura dos norte-americanos, que também não assinaram o Protocolo de Kyoto sobre emissão de poluentes na atmosfera, fez com que os EUA perdessem assento na comissão.

— Pela primeira vez, os Estados Unidos foram excluídos da Comissão de Direitos Humanos, por tentar fazer prevalecer pontos de vista meramente econômicos em questões humanitárias, como é o combate à Aids — afirmou Eduardo, considerando que o embate com o Brasil foi “a gota d’água” que determinou a saída dos EUA da comissão.



Eduardo salienta que, para manter o programa, o Brasil enfrentou o poderio econômico dos EUA

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) louvou a decisão do governo de produzir medicamentos genéricos e de quebrar patentes de remédios do coquetel anti-Aids. Ele ressaltou que os medicamentos lideram as altas de preços, mas o Brasil tomou a posição de “enfrentar a ganância dos poderosos, em defesa das nações pobres”.

Por conta das posições adotadas pelos EUA, Eduardo voltou a propor que o Senado reveja o acordo bilateral assinado com aquele país para uso da base de lançamento de foguetes de Alcântara (MA).

BANCO DE LEITE

Eduardo também elogiou o programa do banco de leite, desenvolvido pelo Instituto Fernandes Figuei-

ra, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, que irá receber prêmio da Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 17, em Genebra.

— O leite, antes de pasteurizado, é armazenado em frascos de maionese ou café solúvel, que antes eram desperdiçados, preparados para esse fim. Antes da implantação do programa, apenas 5% dos lactentes tinham acesso ao leite materno. O número subiu para 80% por causa desse programa brasileiro, que está sendo exportado — destacou.

Eduardo comentou ainda os resultados da comissão presidida pelo reitor *pro tempore* da Universidade Federal do Tocantins (UFTO), Eurípedes Falcão Vieira, que recomendou que todos os cursos e *o campi* da universidade estadual sejam encampados pela nova instituição.

— A recomendação da criação da universidade no modelo *multi-campi* é uma grande vitória para a nossa comunidade acadêmica. Estaremos acompanhando a conclusão dos trabalhos da comissão junto ao Ministério da Educação, para garantir o aproveitamento de todos os *campi* e de todos os alunos — declarou o senador, que comemorou ainda o anúncio da realização do primeiro vestibular da UFTO e do curso de Medicina.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou em Plenário a decisão do governo brasileiro de enfrentar os Estados Unidos na polêmica em torno do pagamento de patentes de drogas usadas no tratamento da Aids. Suplicy apelou ao Senado para que apóie a atitude do Brasil de não se curvar frente aos interesses dos laboratórios norte-americanos, posição já respaldada pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

“É preciso que o direito à vida dos doentes de Aids seja mais respeitado que a exigência de pagamento de direito de patentes aos laboratórios”, afirmou. Na oportunidade, Eduardo Suplicy traçou um paralelo entre a situação vivida no país e a da África do Sul, objeto de recente análise do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o indiano Amartya Sen.

A exemplo do que ocorre no Brasil, o governo sul-africano vem sendo vítima de pressões de fabricantes de drogas contra Aids pelo pagamento de *royalties*. “Ao falar do problema da África, Amartya Sen concluiu ser impossível se sobrepôr a questão das patentes à preservação de vidas”, relatou Suplicy.

Apesar de criticar o governo na condução de diversas questões, o senador petista reconheceu a disposição dos ministros da Saúde, José Serra, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, de desafiar os interes-



Suplicy lembra manifestação do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o indiano Amartya Sen

ses dos laboratórios norte-americanos em fóruns internacionais. Em aparte, os senadores Tião Viana (PT-AC), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Arlindo Porto (PTB-MG) reforçaram as considerações feitas por Suplicy.

“A política brasileira de combate à Aids se tornou referência mundial por reduzir os custos de tratamento e melhorar a qualidade de vida dos doentes”, assinalou Tião Viana. Já Eduardo Siqueira Campos comemorou “a vitória da visão humanística sobre a econômica” na ONU, o que teria contribuído para a exclusão dos Estados Unidos da Comissão de Direitos Humanos da entidade. Arlindo Porto apelou ao governo brasileiro para que aplique a política de democratização no acesso a medicamentos não só aos pacientes de Aids, mas também aos portadores de outras doenças.

Viana quer beneficiar aposentado portador de doença hepática grave

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu, em discurso no Plenário na sexta-feira, especial atenção para projeto de sua autoria que inclui os portadores de doenças hepáticas graves entre os aposentados isentos de pagar Imposto de Renda. Esse benefício, segundo Tião Viana, já é concedido a pessoas atingidas por outras doenças, como tuberculose ativa, esclerose múltipla, paralisia irreversível e nefropatia grave.

— A aprovação desse projeto de lei será uma homenagem, um ato de proteção para os que estão cronicamente atingidos por doen-

ça hepática. Vai ajudar a resgatar a dignidade da população brasileira — disse o senador.

Tião Viana destacou que o quadro das doenças hepáticas é grave no Brasil. Segundo ele, estima-se que o vírus da hepatite C — doença que somente pode ser evitada com a prevenção — já tenha infectado de dois a cinco milhões de cidadãos no Brasil. A doença pode causar cirrose e, a longo prazo, requerer um transplante de fígado. Já o vírus B, para o qual existe vacina, atinge até 10% da população da Amazônia.



Tião Viana adverte que o quadro das doenças hepáticas é grave no Brasil

— O Brasil precisa se preparar para a epidemia de hepatites B e C — alertou Tião Viana.

Cabral deseja a Ronaldo Cunha Lima sucesso em cirurgia

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) externou seu desejo de sucesso na intervenção cirúrgica sofrida na sexta-feira pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), terceiro-secretário da Mesa do Senado Federal. O senador disse ser esse o desejo de todos os seus colegas no Senado.

Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) solidarizou-se com Bernardo Cabral. De acordo com o representante do Maranhão, é desejo de todo o Senado o pronto restabelecimento do senador pela Paraíba.



Cabral diz que o desejo de todos os senadores é pelo restabelecimento de Ronaldo